

Demonstrações Financeiras

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e aos Acionistas da
Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, which appears to be 'Marcelo Felipe L. de Sá', is written over a horizontal line.

Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC-1RJ094644/O-0

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.282	12.533
Créditos com partes relacionadas	9	4.907	10.574
Contas a receber de clientes	6	36.021	34.463
Impostos a recuperar		103	2
Outros ativos circulantes		1.468	303
Total do ativo circulante		51.781	57.875
Não circulante			
Depósitos judiciais		124	124
Imobilizado	7	433.654	444.900
Intangível	8	3.709	3.837
Total do ativo não circulante		437.487	448.861
Total do ativo		489.268	506.736
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	725	6.736
Salários, provisões e encargos sociais		17	57
Taxas regulamentares		81	51
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	2.175	2.203
Débitos com partes relacionadas	9	48.090	82.680
Dividendos a pagar	15	7.999	9.010
Empréstimos e financiamentos	11	293.468	-
Outros passivos circulantes	14	6.058	6.963
Total do passivo circulante		358.613	107.700
Não circulante			
Provisão para desmantelamento	13	537	1.870
Provisão para contingências		2	3
Total do passivo não circulante		539	1.873
Patrimônio líquido			
Capital social	15	75.511	368.237
Reserva de legal		3.581	1.897
Reserva para reforço de capital de giro		51.024	27.029
Total do patrimônio líquido		130.116	397.163
Total do passivo e do patrimônio líquido		489.268	506.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	16	69.618	73.749
Custo de operação	17	(31.638)	(26.304)
Lucro operacional bruto		37.980	47.445
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(3.049)	(523)
Outras despesas		1	-
Total das despesas operacionais		(3.048)	(523)
Lucro antes do resultado financeiro		34.932	46.922
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		4.202	195
Despesas financeiras		(2.000)	(601)
Total do resultado financeiro		2.202	(406)
Lucro antes dos impostos		37.134	46.516
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	(3.456)	(2.393)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(3.456)	-
Lucro líquido do exercício		33.678	44.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	33.678	44.123
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>33.678</u>	<u>44.123</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva legal	Lucros acumulados	Reserva para reforço de capital de giro	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.000	-	-	-	(6.187)	(5.187)
Aumento de valor PPA	3.837	-	-	-	-	3.837
Integralização de capital por AFAC	363.400	-	-	-	-	363.400
Reserva legal	-	1.897	(1.897)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(9.010)	-	-	(9.010)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	(27.029)	27.029	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	44.123	-	-	44.123
Absorção do prejuízo	-	-	(6.187)	-	6.187	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	368.237	1.897	-	27.029	-	397.163
Redução de capital	(292.726)	-	-	-	-	(292.726)
Reserva legal	-	1.684	(1.684)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(7.999)	-	-	(7.999)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	(23.995)	23.995	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	33.678	-	-	33.678
Saldos em 31 de dezembro de 2018	75.511	3.581	-	51.024	-	130.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	33.678	44.123
Ajustes por		
Depreciação	14.502	4.215
Encargos financeiros e variação cambial	1.099	
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1)	3
Provisão de desmantelamento	-	1.870
	<u>49.278</u>	<u>50.211</u>
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber de clientes	(1.558)	(34.463)
Créditos com partes relacionadas	5.667	(10.574)
Impostos a recuperar	(101)	(2)
Depósitos judiciais	-	(124)
Outros créditos	(1.166)	(1)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(6.011)	(1.542)
Salários, provisões e encargos sociais	(40)	57
Débitos com partes relacionadas	(34.590)	16.383
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(28)	562
Taxas regulamentares	30	51
Outras contas a pagar	(904)	6.963
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>10.577</u>	<u>27.521</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(4.461)	(192.526)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(4.461)</u>	<u>(192.526)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) de capital	(292.726)	177.500
Empréstimos e financiamentos	292.369	-
Dividendos pagos	(9.010)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(9.367)</u>	<u>177.500</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.251)</u>	<u>12.495</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.533	38
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>9.282</u>	<u>12.533</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.251)</u>	<u>12.495</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A. (“Companhia”) foi constituída em 29 de abril de 2015, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Companhia explora o potencial eólico de 60 MW no município de Brumado e Dom Basílio, estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 02/2015 - ANEEL, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração.

Através dos despachos ANEEL 2.757 e 2.758, ambos de 01 de setembro de 2017, as unidades geradoras foram liberadas para início da operação comercial, quando a energia produzida por elas passou a estar disponível para o sistema.

Em 5 de dezembro de 2018, o Conselho da controladora Enel Green Power Brasil Participações Ltda aprovou a celebração do contrato de compra e venda das ações da Companhia para a CGN Energy International Holdings Company Limited (“CGN”).

Situação econômico-financeira

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta Capital circulante negativo de R\$306.832, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo incorrido para incremento do capital de giro e redução de capital. A Administração da Companhia possui expectativa, baseada em suas projeções de resultado e de fluxo de caixa, de auferir lucros operacionais e de gerar fluxos de caixa positivo, os quais serão suficientes para reversão da atual situação de capital circulante negativo. Além disso, a Administração entende que os acionistas continuarão provendo os recursos necessários para a manutenção das atividades e de seus planos de investimentos, sempre que demandados.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 15 de março de 2019.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

3. Políticas contábeis

3.1. Reconhecimento da receita

- a) Vendas de energia

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. O princípio básico da norma estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15:

- 1- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- 2- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- 3- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- 4- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e
- 5- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após análise detalhada da receita, a Companhia concluiu que a mesma é reconhecida conforme contrato firmado, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento da transferência da energia ao cliente.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento não impactou as suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros/Passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação – Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. No tocante aos passivos financeiros, a norma indica a classificação de todos os passivos financeiros como ao custo amortizado, com determinadas exceções, as quais não se aplicam à Companhia.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A adoção da norma não trouxe impactos às demonstrações financeiras da Companhia.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Contas a receber de clientes

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável. O giro das contas a receber é de aproximadamente 202 dias, não havendo necessidade de ajuste a valor presente. Nenhuma provisão para risco de crédito foi contabilizada, uma vez que a Administração não espera nenhuma perda relevante na realização dos créditos.

3.5. Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

3.6. Ativo intangível

O Ativo intangível é composto pela aquisição do projeto eólico. Esse ativo foi reconhecido pelo custo. O ativo intangível será amortizado durante sua vida útil econômica estimada.

3.7. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada com base no lucro presumido, através de aplicação dos percentuais definidos pela legislação vigente em 8% e 12% respectivamente. Sobre estas bases são calculados o Imposto de renda e Contribuições sociais baseadas nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 no ano) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%).

3.10. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Diretoria deliberar sobre dividendos intermediários, tomando como base a projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído do exercício no passivo circulante, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

3.11. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa ("CPC 03").

3.12. Outros pronunciamentos contábeis adotados durante o exercício

A Companhia adotou durante o exercício as seguintes alterações de normas e interpretações: Interpretação ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento, Alterações ao CPC 28, sobre transferências de propriedade para investimento, Alterações ao CPC 10 (R1), sobre a classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações, Alterações ao CPC 11 na aplicação do CPC 38 e Alterações ao CPC 18 (R2) para esclarecimento de que a mensuração de empresas investidas ao valor justo por meio do resultado é uma opção que é efetuada por investimento. Nenhum impacto foi identificado oriundo de tais alterações.

3.13. Novos pronunciamentos contábeis

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- a) IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1o de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais do grupo.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação aos compromissos de arrendamento remanescentes, a Companhia espera reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de aproximadamente R\$ 4.575 em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia estima que o lucro líquido após os impostos irá diminuir, aproximadamente, em R\$ 136 em 2019, como resultado da adoção das novas regras. Espera-se que o EBITDA ajustado utilizado para mensurar os resultados de segmentos aumente em aproximadamente R\$ 779, já que os pagamentos dos arrendamentos operacionais foram incluídos no EBITDA, mas a amortização dos ativos de direito de uso e os juros sobre o passivo de arrendamento são excluídos dessa medida.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

b) IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente.

As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.

Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. Não há expectativa que interpretação impacte as demonstrações financeiras da Companhia.

c) Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).

- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: (i) impostos; (ii) valor justo de instrumentos financeiros; e (iii) provisões.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos três anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e saldos bancários	2.468	868
Aplicações financeiras	6.814	11.665
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>9.282</u>	<u>12.533</u>

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados a taxas que variam entre 75% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	36.021	34.463
Total do contas a receber	36.021	34.463

A Companhia monitora suas contas a receber em atraso de forma a identificar eventuais inadimplências. Não foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa em função das remotas expectativas de perda por parte da Companhia com base no histórico de liquidação dos referidos saldos.

7. Imobilizado

Por natureza, o valor do ativo imobilizado é composto da seguinte forma:

		<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Vida útil (anos)</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	30	537	(18)	519	1.870
Máquinas e equipamentos	30	409.569	(17.691)	391.878	405.530
Linhas de transmissão	30	21.116	(880)	20.236	20.940
Total de imobilizado em serviço		<u>431.222</u>	<u>(18.589)</u>	<u>412.633</u>	<u>428.340</u>
Imobilizado em curso					
Imobilizado em andamento		21.021	-	21.021	16.560
Total de imobilizado em curso		<u>21.021</u>	<u>-</u>	<u>21.021</u>	<u>16.560</u>
Total do imobilizado				<u>433.654</u>	<u>444.900</u>

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

	2017	Adições	Provisão desmantelamento	Depreciação	2018
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.870	-	(1.333)	(18)	519
Máquinas e equipamentos	405.530	-	-	(13.652)	391.878
Linhas de transmissão	20.940	-	-	(704)	20.236
Imobilizado em serviço	428.340	-	(1.333)	(14.374)	412.633
Imobilizado em curso	16.560	4.461	-	-	21.021
Total do imobilizado	444.900	4.461	(1.333)	(14.374)	433.654

8. Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

	2017		2018	
	Valor líquido	Amortização	Valor líquido	
Em serviço				
Direito de uso	3.837	(128)	3.709	
Total do intangível	3.837	(128)	3.709	

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações em condições específicas com partes relacionadas. Conseqüentemente, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele obtido se tais transações fossem realizadas com partes não relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

	Consolidado			
	2018		2017	
	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
EGP Cristalândia I S.A. (I) (IV)	438	22.064	180	21.582
EGP Delfina A Eólica S.A. (I)	-	66	-	66
EGP Salto Apiacás S.A. (I) (II)	-	1.176	-	1.059
Enel Green Power SpA (III)	-	3.017	-	2.700
Enel Green Power Brasil Participações S.A. (II)	-	-	65	54.369
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (VII)	4.104	-	10.329	-
CIEN - Cia de Interconexão Energética (VI)	-	7	-	2
Estrellada S.A.	365	17.853	-	-
Enel Power do Brasil (V)	-	3.882	-	2.826
EGP Desenvolvimento Ltda. (V)	-	12	-	63
EGP Ituverava Solar S.A.	-	13	-	13
Total das transações com partes relacionadas	4.907	48.090	10.574	82.680

	Receita/despesa	
	2018	2017
Venda de energia		
Central Termoeletrica Fortaleza - CGTF (VII)		7.270
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (VII)	51.747	26.361
Compra de energia		
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (VII)	(7.086)	(14.363)
Enel Green Power Cristalândia Eólica I S.A.	(463)	
Encargo de transmissão		
Enel CIEN S.A. (VI)	(52)	(15)
Contrato de fruição de utilidades comuns		
Enel Green Power Brasil Participações Ltda. (II)	(2.979)	(2.922)
Total	41.167	16.331

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (I) Os saldos de contas a pagar a Apiacás Energia; EGP Cristalândia Eólica I e EGP Delfina A Eólica se referem ao repasse de custos com pessoal a serem liquidados nos próximos doze meses.
- (II) O saldo de contas a pagar para Enel Green Power Brasil Participações Ltda. é basicamente referente aos custos e as despesas relacionadas às Utilidades Comuns rateadas com base no acordo intragrupo de rateio de custos e despesas incorridos nas atividades.
- (III) Os saldos a pagar à Enel Green Power S.p.A. se referem a alocação de custos de suporte de funcionários da matriz no projeto de construção do parque eólico. Em função de tais gastos estarem atrelados à construção dos parques eólicos, definidos como ativos qualificáveis, os mesmos estão sendo capitalizados como parte dos custos de construção e formação dos ativos.
- (IV) O saldo a receber da EGP Cristalândia I se refere ao ressarcimento de nota de equipamentos pagos pela EGP Cristalândia II a ser liquidado nos próximos doze meses.
- (V) As contas a pagar a Enel Green Power Desenvolvimento Ltda. e Enel Power do Brasil Ltda. se referem a valores repassados à Companhia relacionados a custos com pessoal incorridos nas atividades a serem liquidados nos próximos doze meses.
- (VI) O saldo de contas a pagar com a empresa Companhia de Interconexão Energética é referente a taxa de transmissão de energia.
- VII. As receitas relacionadas com a Central Termoelétrica Fortaleza - CGTF e Centrais Elétricas Cachoeira Dourada - CDSA se encontram registradas na rubrica de suprimento de energia elétrica.

10. Fornecedores

	2018	2017
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	407	5.906
Outros	318	830
Total de fornecedores	<u>725</u>	<u>6.736</u>

11. Empréstimos e financiamentos

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Moeda nacional					
	Circulante	Total				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-				
Captações	292.700	292.700				
Encargos provisionados	768	768				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>293.468</u>	<u>293.468</u>				
	2018					
	Vencimento	Principal	Custo de transação	Amortização	Juros e atualização	Total
Instituições						
Bradesco S.A.	15/12/2019	292.700	-	-	768	293.468
		<u>292.700</u>	-	-	<u>768</u>	<u>293.468</u>

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	120	316
Programa de Integração Social - PIS	26	68
Imposto sobre Serviço - ISS	297	424
Instituto Seguridade Social - INSS	14	25
CIDE	-	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(29)	(28)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	661	906
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	292	486
Outros	794	6
Total de impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>2.175</u>	<u>2.203</u>

13. Provisão para desmantelamento

Durante o exercício de 2018, a Companhia revisou a taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da provisão para desmantelamento, a fim de capturar os movimentos econômicos do período. A revisão gerou uma redução na obrigação de R\$ 1.333, a qual foi reconhecida contra o custo do ativo, e será reconhecida no resultado via depreciação pela vida útil remanescente do ativo, resultando no valor total de obrigação no exercício de R\$ 537 (R\$ 1.870 em 31 de dezembro de 2017).

14. Outros passivos circulantes

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisões de despesas correntes	5.558	6.816
Outros	500	147
Total de outras contas a pagar	<u>6.058</u>	<u>6.963</u>

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia é composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, distribuídas da seguinte forma:

	2018		2017	
	Quantidade de ações	(%)	Quantidade de ações	(%)
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	75.511	100,00	367.980	99,93
Parque Eólico Cristalândia	-	-	257	0,07
	75.511	100,00	368.237	100,00

15.2. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

15.3. Reserva para reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva para reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo nos termos do art.202, §3º, II da Lei 6.404/76. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações, esta destinação será objeto de ratificação em Assembleia Geral Ordinária.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.4. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	33.678	44.123
Absorção do prejuízo	-	(6.187)
Lucro líquido ajustado	33.678	37.936
Apropriação à reserva legal	(1.684)	(1.897)
Lucro líquido a destinar	31.994	36.039
% Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	7.999	9.010
Reserva para reforço de capital de giro	23.996	27.029
Total	31.994	36.039

16. Receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Suprimento de energia elétrica	72.483	76.596
Total da receita	72.483	76.596
Deduções		
COFINS	(2.175)	(2.298)
PIS	(471)	(498)
TFSEE	(219)	(51)
Total das deduções	(2.865)	(2.847)
Total da receita operacional líquida	69.618	73.749

17. Custo da operação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Energia elétrica comprada para revenda	(11.058)	(20.269)
Depreciação e amortização	(14.484)	(4.215)
Encargos de uso da rede elétrica	(3.275)	(1.065)
Serviços prestados	(1.230)	(418)
Aluguéis e arrendamentos	(650)	-
Seguros	(335)	(63)
Impostos, taxas e contribuições	(233)	(107)
Pessoal e administradores	(348)	(162)
Outros	(25)	(5)
Total do custo da operação	(31.638)	(26.304)

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços de terceiros	(2.842)	(486)
Depreciação	(18)	-
Impostos, taxas e contribuições	(168)	-
Material	(1)	(4)
Outras	(20)	(33)
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(3.049)</u>	<u>(523)</u>

19. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	482	23
Variação cambial positiva	535	60
Atualização monetária mercado SPOT	1.232	-
Outras receitas	1.953	112
	<u>4.202</u>	<u>195</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(768)	-
Variação cambial negativa	(866)	(310)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(187)	(5)
Outras despesas	(179)	(286)
	<u>(2.000)</u>	<u>(601)</u>
Total do resultado financeiro	<u>2.202</u>	<u>(406)</u>

A variação cambial ativa e passiva não realizada referem-se as transações com partes relacionadas.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de energia elétrica	<u>72.483</u>	76.596
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	5.799	6.128
Rendimento de aplicações financeiras	482	23
Outras receitas	3.185	112
Total base de cálculo	<u>9.466</u>	6.263
Alíquota do imposto de renda (15%)	(1.420)	(940)
Alíquota do imposto de renda (10%), deduzido do limite do adicional*	(923)	(614)
Total do imposto de renda	<u>(2.343)</u>	(1.554)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	8.698	9.192
Rendimento de aplicações financeiras	482	23
Outras receitas	3.185	112
Total base de cálculo	<u>12.365</u>	9.327
Alíquota da contribuição social (9%)	(1.113)	(839)
Total da contribuição social	<u>(1.113)</u>	(839)
Total imposto de renda e contribuição social debitados no resultado	<u>(3.456)</u>	<u>(2.393)</u>

(*) Utilização do limite adicional de 120.000 devido ao início da geração de energia desde o 2º semestre de 2017.

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Mensuração do valor justo

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são como segue:

Categoria	Nível	2018		2017		
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	9.282	9.282	12.533	12.533
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	36.021	36.021	34.463	34.463
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	4.907	4.907	10.574	10.574
Outros créditos	Custo amortizado	2	1.571	1.571	305	305
Fornecedores	Custo amortizado	2	725	725	6.736	6.736
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	48.090	48.090	82.680	82.680
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	293.468	293.468	-	-
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2	6.058	6.058	6.963	6.963

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia e podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis (CDI e TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Enel Green Power Cristalândia Eólica II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio.

22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratadas:

Modalidade	Vigência		Valor segurado
	De	Até	
Risco operacional	31/10/2018	31/10/2019	580.547
Seguro de frota	01/06/2018	29/05/2019	100% FIPE

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral temos um valor limite que contempla todas as empresas do grupo.

23. Eventos subsequentes

Alteração do acionista controlador

Em 16 de janeiro de 2019 foi assinado o *Sale and Purchase Agreement* que formaliza a venda de 100% das ações da Companhia da atual controladora EGP Brasil Participações S.A para a CGN. Conforme dispositivos contratuais, listamos abaixo as principais condições precedente para conclusão da venda:

- (a) aprovação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica);
- (b) anuência e consentimento dos credores financeiros;
- (c) transferência das garantias financeiras.